

COP30

Brasil articula consenso na reta final da Cúpula

COP30
BRASIL
AMAZÔNIA
BELÉM 2025

Documento preliminar reúne temas sensíveis como metas climáticas, comércio e transparência. Negociações entram na fase política e Brasil tenta destravar consenso sobre combustíveis fósseis e financiamento climático

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 18 de novembro de 2025 N° 216

Cúpula dos Povos em Belém aponta responsabilidades e cobra respostas

Ministra Sônia Guajajara anuncia dez novas portarias de demarcação indígena

FPA lança série de vídeos sobre desenvolvimento na Amazônia

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre

Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára

be, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana

Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton

Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura

Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando

Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,

José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís

Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges

Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,

Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,

Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça

Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida

da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br


Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

Já está disponível para compra o novo livro do jornalista e dirigente político Alberto Cantalice.

Intitulada Qual socialismo? A busca incessante por uma nova utopia, a obra faz uma análise profunda sobre os caminhos da esquerda no Brasil e no mundo, resgatando experiências históricas e propondo reflexões para o futuro do campo progressista.



Publicado pela Hucitec Editora, o livro pode ser adquirido diretamente no site da editora e na Amazon.

» PROGRAMA
Reconexão Periferias

exibido quinzenalmente, às terças, 17h no canal da FPA

ACOMPANHE :  /FundacaoPerseuAbramo



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Semana decisiva

Brasil apresenta proposta no primeiro rascunho da COP30 e tenta destravar negociações sobre combustíveis fósseis, financiamento climático e metas mais ambiciosas, enquanto Lula retorna a Belém para encontro com Guterres. **pág. 04**

CAPA

Brasil propõe debate sobre texto final em semana decisiva da COP30

pág. 04

Cúpula dos Povos em Belém ressalta responsabilidade do capitalismo na crise climática e cobra respostas

pág. 06

Fundação Perseu Abramo lança série de vídeos sobre desenvolvimento inclusivo na

Amazônia em semana decisiva da COP30

pág. 08

BRASIL

Fundação Perseu Abramo participa da Marcha Nacional das Mulheres Negras

pág. 10

ENTREVISTA

Sandra Mariano - “Não podemos virar as costas para

aqueles que já estavam aqui e os que construíram o Brasil”

pág. 11

ECONOMIA

Ibovespa em alta e dólar em baixa: o que indica a nova fase econômica

pág. 15

Brasil consolida estabilidade econômica com queda da inflação e projeções dentro da meta

pág. 17

POLÍTICA

CPMI do INSS: Silêncio de filho de ex-diretor confirma esquema bilionário, dizem parlamentares do PT

pág. 18

PF prende Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, ao tentar deixar o país

pág. 20

PF vê ex-ministro de Bolsonaro como “pilar institucional” de esquema no INSS, PT cobra responsabilização

pág. 21

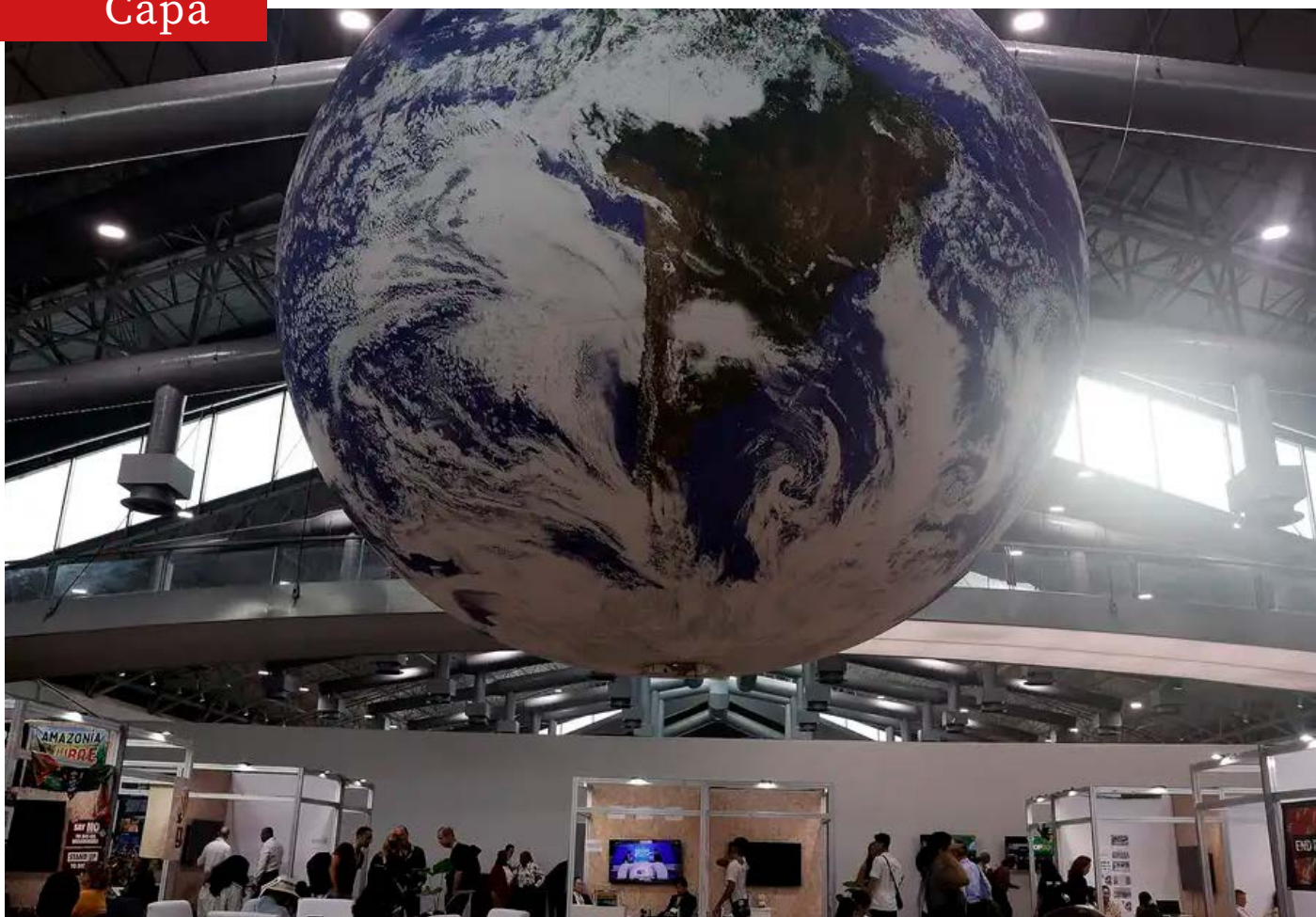
CULTURA

PL do Streaming: setor audiovisual pressiona Senado por ajustes na regulação

pág. 23

O Agente Secreto: em cartaz, longa não teve financiamento da Lei Rouanet, como sugere fake news

pág. 25



Tania Rego/Agência Brasil

Brasil propõe debate sobre texto final em semana decisiva da COP30

Lula deve voltar a Belém para negociações; primeiro rascunho do documento síntese está previsto para quarta-feira (19)

Redação Focus Brasil

A trigésima edição da Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas, a COP30, entrou em uma nova fase nesta segunda-feira (17). Agora, na segunda semana do evento, os ministros do Meio Ambiente dos países chegam para a etapa política do encontro.

Durante a primeira semana, foi realizada a fase de negociações técnicas da conferência com os primeiros textos ganhando forma. Os pontos considerados mais

Negociações entram na fase política e Brasil tenta destravar consenso sobre combustíveis fósseis e financiamento climático

sensíveis são: o financiamento dos países ricos, a necessidade de metas mais ambiciosas, restrições comerciais com base em questões ambientais e mais transparência nos relatórios de emissões de poluentes.

A presidência da COP divulgou, nesta terça-feira (18), o primeiro rascunho da decisão sobre os temas polêmicos com a inclusão do mapa do caminho, uma proposta para reduzir a dependência dos combustíveis fósseis, impulsionada por Lula.

“Os governos pediram para que a presidência trouxesse um primeiro rascunho para começarmos a ter decisões mais elabora-



das”, disse Ana Toni, diretora-executiva da COP30.

Em Belém, nesta quarta-feira (19), a expectativa é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faça uma reunião bilateral com o secretário-geral da ONU, António Guterres, além de encontros com líderes e representantes da sociedade civil.

De acordo com apuração da Folha de S. Paulo, os quatro itens

que geram discordância na diplomacia climática foram abordados em formato de um pacote, como parte de uma estratégia da presidência brasileira da COP no sentido de destravar as negociações.

O financiamento dos países ricos para os países em desenvolvimento, a elaboração de metas climáticas mais ambiciosas, as medidas comerciais unilaterais e a construção de relatórios de

transparência foram temas de entrave nas últimas edições da COP. Conseguir que os assuntos fossem debatidos sem serem embargados logo de início foi considerada uma vitória para a organização brasileira.

O documento batizado de “decisão mutirão” aborda ainda a defesa do multilateralismo em um recado não explícito ao boicote de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, e também fala da necessidade de engajamento de governos estaduais e municipais, além do setor privado.

Abertura da segunda fase

Na abertura da plenária de alto nível, nesta segunda-feira (17), autoridades brasileiras e internacionais apontaram a necessidade de avançar na transição energética e na justiça climática.

O vice-presidente do Brasil, Geraldo Alckmin, participou da cerimônia e reforçou a mensagem do governo brasileiro para a COP 30. “Esta deve ser a conferência da verdade, da implementação e, sobretudo, da responsabilidade”, destacou.

“Essa COP deve marcar o início de uma década de aceleração e entrega. O momento em que o discurso se transforma em ação concreta, em que deixamos de debater metas e, todos nós, passamos a cumpri-las”, acrescentou Alckmin.

Durante o discurso, o vice-presidente trouxe a necessidade de triplicar a meta global de energia renovável e dobrar a eficiência energética até 2030. “Estamos aqui para transformar a ambição em resultados e em boas políticas públicas. Nosso dever é garantir que a ação climática global seja guiada pela ética da responsabilidade, uma ética que une ciência, solidariedade, progresso e dignidade”, afirmou.



Banqueta da cúpula dos povos, na Praça da República, reuniu cozinhas coletivas, alimentos agroecológicos e partilha popular

Cúpula dos Povos em Belém ressalta responsabilidade do capitalismo na crise climática e cobra respostas

Documento final acusa o modo de produção capitalista como “causa principal da crise climática” e cobra do Brasil demarcação de terras, fim dos combustíveis fósseis e justiça feminista para a COP30

Fernand Otero

Reunida em Belém do Pará entre 12 e 16 de novembro de 2025, a Cúpula dos Povos aprovou uma declaração final que aponta o modo de produção capitalista como “causa principal da crise climática” e responsabiliza países do Norte global, corporações transnacionais e classes dominantes pela degradação ambiental e pelas múltiplas crises sociais.

O processo de construção da Cúpula reuniu cerca de 70 mil

pessoas, com representação de povos originários e tradicionais, comunidades quilombolas, ribeirinhas, camponesas, moradores de periferia, movimentos de mulheres, juventude e população LGBTQIAPN+. **Leia a carta aqui.**

O documento critica a financeirização das políticas climáticas, rejeita falsas soluções de mercado. A declaração também avalia que o atual modelo de multilateralismo fracassou, diante da continuidade de crimes ambientais e eventos extremos, e acusa as grandes empresas de mineração, energia, agronegócio, armamentos e big techs de estarem “no centro de poder do sistema capi-

talista, racista e patriarcal”.

Em tom de internacionalismo popular, a declaração manifesta solidariedade a povos atingidos por guerras e intervenções, com destaque para a Palestina, alvo de “genocídio praticado pelo Estado sionista de Israel”, segundo o texto, que cobra sanções e responsabilização internacional.

O documento também denuncia o avanço da presença militar dos Estados Unidos no Caribe e expressa apoio a processos de resistência em países da América Latina, África e Ásia.

O feminismo é apresentado como eixo central do projeto político da Cúpula, que coloca o tra-



balho de cuidados e de reprodução da vida no centro da agenda climática. As organizações defendem que essas atividades, historicamente atribuídas às mulheres, sejam reconhecidas como trabalho, valorizadas e compartilhadas por toda a sociedade e pelo Estado, associando justiça climática à justiça feminista e à autonomia econômica das mulheres.

Demarcação e reforma agrária

Entre as principais propostas, o texto exige demarcação e proteção de terras indígenas e de territórios de povos e comunidades tradicionais, desmatamento zero e restauração ecológica de áreas degradadas.

Defende reforma agrária po-

pular, fortalecimento da agroecologia e soberania alimentar, além do combate ao racismo ambiental nas cidades, com políticas de moradia, saneamento, transporte público com tarifa zero e adaptação climática voltadas às periferias urbanas.

O documento pede ainda o fim da exploração de combustíveis fósseis, uma transição energética “justa, soberana e popular” e taxação de corporações e grandes fortunas para financiar essa transição e reparar perdas e danos sofridos por comunidades atingidas.

A declaração da Cúpula dos Povos encerra convocando a unificação de lutas em escala global e a organização de territórios como “trincheiras da luta internacional”.

Presidente Lula enaltece a Cúpula dos Povos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse neste domingo (16) que a Cúpula dos Povos, encerrada hoje, foi fundamental para tornar viável a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30). O evento é organizado por movimentos sociais e ocorre em paralelo à COP.

“A COP30 não seria viável sem a participação de vocês. Essa extraordinária concentração de pessoas que acreditam que outro mundo é possível e necessário. Como tenho dito em todos os fóruns internacionais de que participo, debaixo de cada árvore da Amazônia há uma mulher, um homem, uma criança”, escreveu Lula.

O presidente afirmou ainda que volta para Belém no dia 19, para um encontro com o secretário-geral da ONU, António Guterres, “em uma ação conjunta para fortalecer a governança do clima e o multilateralismo”.

Povos originários ocupam Belém na Marcha Global Indígena

A Marcha Global Indígena pelo Clima levou milhares de pessoas às ruas de Belém do Pará, nesta segunda-feira (17), e marcou o maior ato dos povos originários na 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30).

A principal mensagem do protesto foi: “Não existe justiça climática sem os povos e sem os territórios indígenas”. Com esse mote, os manifestantes saíram da Aldeia COP, que está montada no Colégio Aplicação da Universidade Federal do Pará. O local abriga cerca de 3 mil indígenas nessas duas semanas da Conferência do Clima.

Fundação Perseu Abramo lança série de vídeos sobre desenvolvimento inclusivo na Amazônia em semana decisiva da COP30

Série da Fundação Perseu Abramo apresenta propostas para o desenvolvimento inclusivo da Amazônia em diálogo com a COP30



Fabio Rodrigues-Pozzobon

Amazônia em debate: Série apresenta caminhos para um desenvolvimento sustentável da Amazônia, com inovação, inclusão e floresta em pé

Em semana decisiva da reta final da COP30, que ocorre em Belém até 21/11, a Fundação Perseu Abramo lança nesta segunda-feira, 17, a série COP30: Cinco ideias para o desenvolvimento sustentável, publicada no YouTube da FPA.

O lançamento ocorre no mesmo dia em que o vice-presidente Geraldo Alckmin defendeu, na plenária de alto nível da COP 30, que a ação climática global seja guiada por ciência, solidariedade e responsabilidade.

“A COP30 marca, agora, a transição do regime, da negociação para a implementação. As várias decisões que sairão de Belém reforçarão mecanismos e estimularão novos arranjos para acelerar a ação de combate à mudança climática em escala global. E isso faremos por escolha própria, porque é a escolha certa a ser feita”, afirmou o vice-presidente. Assista ao discurso de Alckmin aqui.

Os vídeos têm como base o conteúdo da cartilha COP 30 e o desenvolvimento na Amazônia – Subsídios para o debate, disponível no site da Fundação, e apresentam reflexões e proposições

sobre como gerar riqueza, criar empregos, promover inovação e garantir justiça social na Amazônia.

A iniciativa reúne cinco propostas para impulsionar o desenvolvimento sustentável da Amazônia, considerando seus potenciais econômicos, tecnológicos, científicos e sociais. Ao partir das especificidades do território, a série contribui com um debate estruturante sobre o futuro da região, alinhado ao compromisso de conciliar preservação e prosperidade.

Ao tratar de energia limpa, combate ao desmatamento, bioeconomia e soberania amazônica,

os vídeos dialogam diretamente com temas destacados nas falas do presidente Lula, planos apresentados, e à fala do vice-presidente Geraldo Alckmin, como a necessidade de triplicar a energia renovável, zerar o desmatamento ilegal, fortalecer os povos da floresta e transformar a região em referência mundial de inovação e justiça climática.

A COP30 e o desafio de transformar ambição em implementação

Ao abrir a plenária desta segunda-feira, Alckmin afirmou que a COP30 deve marcar a passagem do discurso para a ação, destacando metas de energia renovável, combate ao desmatamento ilegal e fortalecimento da sociobioeconomia.

O governo também apresentou o Plano de Aceleração de Governança em Multinível, que integra municípios, estados e União em medidas de mitigação e adaptação.

O presidente Lula, na sessão de abertura do dia 10, classificou a emergência climática como uma crise de desigualdade e reforçou a centralidade dos povos indígenas, da ciência e da justiça social na transição para uma economia de baixo carbono.

“Uma transição justa precisa contribuir para reduzir as assimetrias entre o Norte e o Sul Global, forjadas sobre séculos de emissões. A emergência climática é uma crise de desigualdade. Ela expõe e exacerba o que já é inaceitável. Ela aprofunda a lógica perversa que define quem é digno de viver e quem deve morrer. Mudar pela escolha nos dá a chance de um futuro que não é ditado pela tragédia. O desalento não pode extinguir as esperanças da juventude. Devemos a nossos filhos e

netos a oportunidade de viver em uma Terra onde seja possível sonhar”, destacou o presidente.

É nesse contexto que a FPA apresenta cinco ideias estruturais para pensar o futuro da Amazônia, destacando soluções econômicas, educacionais, energéticas e de soberania regional. Cada vídeo sintetiza um eixo da cartilha e convida o público a compreender, de maneira objetiva, os caminhos para um desenvolvimento realmente sustentável na região. Confira a seguir.

Série COP30: Cinco ideias para o desenvolvimento sustentável

Confira a seguir a playlist da série desenvolvida pela FPA, ou acesse a playlist aqui

1. COP30 na Amazônia: Desenvolvimento Inclusivo e Justiça Climática

O vídeo apresenta o ponto de partida da série: a emergência climática e a desigualdade na região. Explica por que a Amazônia é decisiva para estabilizar o clima global e defende políticas que unam justiça climática, geração de renda, infraestrutura, educação e ciência. Mostra a necessidade de oportunidades reais para que os 30 milhões de amazônidas possam viver com dignidade e manter a floresta em pé.

2. Energia Limpa na Amazônia: Inclusão, Soberania e Desenvolvimento Sustentável

Aborda o paradoxo energético amazônico: a região gera 21% da eletricidade brasileira, mas quase 1 milhão de pessoas ainda vive sem acesso regular à energia. O vídeo defende soluções descentralizadas, como energia solar distribuída e microrredes, que reduzem a dependência de

combustíveis fósseis e ampliam a qualidade de vida, inclusão social e autonomia para comunidades isoladas.

3. Amazônia, Ciência e Educação: Futuro com Inovação e Justiça Social

Mostra a importância de ciência, educação e inovação como pilares do desenvolvimento amazônico. Destaca a infraestrutura já existente na região, o papel das universidades e o potencial da juventude amazônica. Defende políticas que integrem formação acadêmica e criação de empregos qualificados, garantindo condições para que os jovens permaneçam em seus territórios.

4. Amazônia Forte é Brasil Soberano: Desenvolvimento, Comunidades e Futuro Verde

Enfatiza a soberania dos países amazônicos e o papel das comunidades locais na tomada de decisões. O vídeo destaca políticas como o PAC Plano de Transformação Ecológica e o fortalecimento de instituições como Sudam e Suframa, defendendo um modelo de desenvolvimento que integre cooperação internacional, participação popular e proteção da floresta.

5. Bioeconomia e Inovação: Valorizar o que é da Floresta para Impulsionar o Desenvolvimento Amazônico

Explora o potencial econômico ainda subaproveitado da Amazônia. Hoje, produtos compatíveis com a floresta geram 298 milhões de dólares anuais, mas estimativas indicam possibilidades superiores a 10 bilhões. O vídeo apresenta caminhos para fortalecer cadeias produtivas, estimular tecnologia e infraestrutura adaptada, ampliando renda, competitividade e qualidade de vida.



Fundação Perseu Abramo participa da Marcha Nacional das Mulheres Negras

Encontro das mulheres petistas no dia 24 de novembro, véspera da Marcha, terá apresentação de pesquisas seguida de roda de conversa

A Fundação Perseu Abramo (FPA), a Secretaria de Mulheres e a Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT realizam na segunda-feira, 24 de novembro, às 18h, o Encontro das Mulheres do PT em Marcha. A atividade faz parte da programação da Marcha Nacional das Mulheres Negras, a ser realizada em Brasília no dia 25.

Durante o evento, serão apresentadas duas pesquisas da Fundação Perseu Abramo: Chacinas e Feminicídios e 3ª edição da pesquisa Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado, realizadas respectivamente pela área Reconexão Periferias e

pelo Núcleo de Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos. A apresentação será seguida de comentários das representantes das secretarias de Mulheres do PT e da FPA. No dia 25, será montada a Tenda das Beneditas na concentração da Marcha, a partir das 9h, onde haverá distribuição de materiais da FPA.

De acordo com a diretora da FPA, Elen Coutinho, a Marcha Nacional é muito importante e a Fundação entendeu que era essencial estar presente para acolher as negras petistas que fazem parte da construção do movimento social e estarão lá. No dia 25, no espaço de concentração da marcha, a Tenda das Beneditas cumprirá este papel. O nome homenageia uma pioneira na construção de

políticas públicas para mulheres negras, a deputada Benedita da Silva.

Mulheres negras em Marcha - A Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver pretende reunir 300 mil pessoas em Brasília, em 25 de novembro, com o objetivo de dar visibilidade à luta por direitos que até hoje são negados pelo Estado às mulheres negras. A expectativa da organização é reunir 300 mil participantes, entre elas quilombolas, ribeirinhas, do campo, urbanas, periféricas, acadêmicas, artistas, trabalhadoras de várias gerações.

O movimento vem sendo articulado nos 27 estados do país por meio de comitês impulsores estaduais, municipais e regionais, mobilizados por mulheres que integram organizações sociais, grupos comunitários e ativistas independentes. Conta também com um Comitê Impulsor Internacional, espaço que reúne ativistas negras em diáspora e do continente africano, comprometidas com a construção de um futuro livre das violências impostas pelo racismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado.

A primeira marcha nacional, realizada em 2015, reuniu em torno de 100 mil pessoas contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver e marcou a organização política das mulheres negras no Brasil e na América Latina.

O texto de convocação do evento informa que “a Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver não é só um ato, é um processo de transformação social. Quando o acesso à saúde, educação, moradia, bem estar, sonhos e oportunidades for para todas as pessoas, quando todos os povos tiverem autonomia e respeito, estaremos construindo um novo futuro, onde nossos direitos, vozes e presenças sejam inegociáveis”.



“Não podemos virar as costas para aqueles que já estavam aqui e os que construíram o Brasil”

Aos 74 anos, Sandra Mariano revisita cinco décadas de militância no movimento negro e na luta das mulheres negras, relembra marcos como a Marcha Zumbi e avalia os desafios atuais por reparação, bem viver e presença nos espaços de poder

Rose Silva

Atécnica de enfermagem especializada em prevenção de câncer ginecológico pela UFRJ Sandra Mariano saiu do Rio na década de 1970 e chegou à capital paulista para ajudar a implantar um serviço na Santa Casa de São Paulo.

Aos 74 anos e mais de quatro décadas depois de ter iniciado sua militância na CUT, no PT e no movimento negro, Sandra segue firme na defesa do resgate da verdadeira história brasileira.

“O Brasil não foi descoberto, um vez que os indígenas já estavam aqui, e, junto com os negros,

construíram esse país. Ainda é uma luta contar a real história do povo brasileiro e a da África. Mas não podemos virar as costas para aqueles que vieram antes de nós”, diz.

Sandra participou da construção da Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, primeira grande manifestação realizada em Brasília pelo movimento negro brasileiro para reivindicar ações afirmativas, esteve na primeira Marcha Nacional das Mulheres Negras, em 2015, e hoje integra a coordenação da segunda Marcha Nacional das Mulheres Negras, que espera reunir 300 de mulheres em Brasília no dia 25 de novembro.

Nesta entrevista, ela relembra

a história das duas grandes mobilizações que perpassam a história do movimento negro, suas conquistas e os desafios do combate ao racismo que ainda persiste.

- Você participou da construção da primeira Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995, e também da primeira Marcha Nacional de Mulheres Negras, em 2015. Como foi essa organização e quais os resultados dessas duas mobilizações?

- Na época da Marcha Zumbi, o presidente da CUT era o Vicentinho. E dentro da Secretaria de Combate ao Racismo da CUT, tanto a nacional como a estadual, começamos a discutir que era o



momento de conquistar visibilidade para nossa luta. Nós queríamos principalmente mostrar para o governo brasileiro, para o Estado, que o Brasil é um país racista e que para superar isso era necessário haver ações afirmativas. Não foi uma coisa fácil naquela época, pensar como iríamos para Brasília, como organizar o movimento negro dentro da luta sindical explicando a importância de estarmos em Brasília. Houve uma grande discussão que envolveu outras centrais para dialogar com o governo federal a nossa reivindicação de política de combate ao racismo, uma verdadeira revolução naquele momento. Como resultado desse primeiro movimento podemos citar a dis-

culsação do Estatuto da Igualdade Racial, de um Plano Nacional de Saúde Integral da População Negra. Entregamos um documento para o então presidente Fernando Henrique Cardoso. De lá para cá, conseguimos avanços na saúde, na educação, e, nesse caminho, vieram as leis 10.639/2003 (que institui a obrigatoriedade do ensino da história da África e afro-brasileira nas escolas) e 11.645/2008 (que ampliou a obrigatoriedade para incluir também a história e cultura indígena). Conquistamos o Estatuto da Igualdade Racial e a Política Nacional de Saúde da População Negra, com a qual me envolvi muito. Hoje estou na organização da Marcha Nacional das Mulheres Negras, que será no dia 25 de novembro.

- Qual o propósito da Segunda Marcha Nacional das Mulheres Negras no próximo dia 25?

- Neste mês da consciência negra vamos ter a segunda marcha na qual esperamos reunir em torno de trezentas mil mulheres negras, inclusive com organizações internacionais representadas. É uma luta que nos traz esperança de mudar o Brasil e nós temos um presidente que nos ajuda. Foi na posse do presidente Lula, em Brasília, que nos reunimos para pensar a segunda marcha, porque avaliamos que esse vácuo nos trouxe um atraso. É importante nesse momento lutar pela plenitude das políticas de ações afirmativas, já que o Estado nos deve. Essa marcha tem o nome de Re-

paração e Bem-Viver. O bem-viver nós já havíamos trazido em 2015, veio da política indígena, que nós incorporamos porque traz dentro de si as políticas sociais, a saúde, a educação, a participação dentro dos espaços. E agora queremos discutir como é que o Estado brasileiro vai nos reparar pela escravidão. A abolição segue inacabada quando você não tem realmente uma efetivação das políticas. Veja bem, até todas as universidades chegarem a implementar as cotas raciais foi uma luta muito grande, porque questionavam. “Mas para que as cotas, se tem negros dentro da escola, dentro da universidade?” E nós dizíamos que não era suficiente, e ainda não é suficiente. É aquilo que o Lula fala, nós queremos que a filha ou o filho da empregada esteja dentro da mesma universidade onde está o filho da patroa. Queremos que negros e negras médicos, engenheiros, doutores, que ascendam, que sejam docentes. Essa é a reparação que a gente espera. Então, nós estamos até hoje nessa luta. Você viu o que aconteceu com uma docente negra que passou no concurso e a universidade cancelou o concurso? Na implantação da lei 10.639, os professores tiveram uma dificuldade muito grande porque diziam que em vez de nós combatermos o racismo estávamos fazendo ao contrário, e não era. Hoje já existe uma alteração na literatura, mas não havia livros didáticos nas escolas contando a real história dos negros e negras nesse país. O Brasil não foi descoberto, um vez que os indígenas já estavam aqui, e junto com os negros construíram esse Brasil. Ainda é uma luta contar a real história do povo brasileiro e a da África, porque nós não podemos virar as costas para aqueles que vieram antes de nós e aqueles que construíram o Brasil. Um dos primeiros exercícios quando eu fiz minha formação política é

o teste do pescoço. Em uma roda, olhar ao seu redor e ver quem são as pessoas que estão ali sentadas. Quando nos virávamos, naquele grupo éramos os únicos negros, contávamos um ou outro. E quando você traz as leis para colocar no currículo escolar a história do Brasil o objetivo é que, desde criança, as pessoas entendam de onde elas vieram. E desde criança você se torna um ser humano solidário, que não vai praticar o racismo, que vai entender que naquele

Sandra defende ampliar a presença de mulheres negras nas estruturas partidárias e no parlamento para consolidar avanços estruturais

convívio escolar você tem pessoas diversas.

- Foi na marcha de 1995 que começou a ser gestado o projeto da futura Seppir, primeiro órgão do governo federal criado para tratar das políticas públicas de igualdade racial no Brasil? A Marcha Zumbi foi importante para o surgimento do ministério no primeiro governo Lula?

- Creio que sim, pois nós discu-

tíamos que para implementarmos as políticas de ações afirmativas era necessário um órgão dentro do governo que propiciasse essa discussão e elaboração das políticas e programas. Com a eleição do presidente Lula, houve a construção das conferências dos movimentos sociais. E aí eu me lembro que, antes mesmo da conferência, tivemos uma atividade em Porto Alegre, durante o Fórum Social Mundial, com um embate intenso das organizações do movimento negro para efetivar a secretaria, que foi criada com status de ministério. Dentro da Seppir nós começamos a desenvolver as políticas de ações afirmativas e só agora, no terceiro mandato do presidente Lula, conseguimos o primeiro Ministério da Igualdade Racial. É muito tempo de luta, mas nós não desistimos nunca, porque fazer a discussão com a sociedade, mesmo dentro dos governos, da importância de nós termos uma política que traga toda uma movimentação na educação, na cultura, nos direitos humanos, para nós, foi um avanço muito grande.

- Você começou sua militância no movimento feminista. Quando foi que percebeu a necessidade de organizar uma luta específica das mulheres negras?

- Dentro da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), havia uma companheira, Nilma Bentes, que defendia que nós tínhamos que lutar pelo protagonismo. Numa organização mista, como também são a Unegro e o MNU, estamos junto com companheiros, mas a nossa prioridade era justamente a luta das mulheres negras nos espaços de poder. Tanto é que quando criamos a Seppir conseguimos ter no governo do presidente Lula outras ministras negras. Quando Nilma colocou isso dentro da Conen ela foi percorrendo esse espaço. E na

“O Brasil não foi descoberto. Indígenas e negros construíram este país, e não podemos virar as costas para quem veio antes de nós.”

primeira Conferência Nacional de Políticas para a Igualdade Racial as organizações de mulheres foram chamadas a dialogar na

construção da primeira marcha das mulheres negras. Criamos um comitê impulsor nacional e os

estados e municípios tiveram também seus comitês que passaram a dialogar com as mulheres negras sobre a importância da marcha, que foi nomeada Marcha Contra o Racismo, a Violência e a Defesa do Bem Viver. Avaliamos que era o momento de ir a Brasília e esse mote. Fizemos um documento para entregar para a presidenta Dilma, com todas as nossas reivindicações, mostrando a necessidade de protagonismo das mulheres negras na sociedade brasileira.

- Passados dez anos dessa primeira marcha e já acumulando algumas conquistas, as mulheres negras seguem sub-representadas no parlamento e não conseguiram ainda uma estra-

tégia para resolver a política de cuidados, o que complica muito a sua ascensão profissional e a presença em espaços de poder e liderança. O que poderia ser feito para mudar de fato essa situação?

- Lélia Gonzalez, falecida em 1994, na época há décadas já chamava a atenção sobre a ausência das mulheres nas organizações mistas, no partido, nos sindicatos. Um avanço que nós tivemos foi a questão da paridade. Porque toda vez que realizávamos uma atividade, as mulheres não estavam na mesa, eram sempre homens e homens brancos. Fomos galgando esses espaços, o que foi um avanço tremendo, porque nesse momento nós também reivindicamos a participação das mulheres negras nos espaços da direção, nas secretarias de Combate ao Racismo, da Juventude, passamos a ocupá-los com qualidade. No começo era aquele negócio, colocava uma mulher na mesa só por colocar e ela ficava ali parada. E aí lutamos para ter voz, porque

conseguimos discutir desde a educação até a questão da saúde, do mercado de trabalho, da economia. Isso nos trouxe força para fazer esse debate, que nunca foi fácil, mesmo estando entre companheiros. Depois que assumi a presidência do meu diretório, observei que nós fomos alcançando alguns progressos e sendo respeitadas.

- Nas próximas eleições, você acredita que vamos eleger mais mulheres negras? O que precisamos fazer para aumentar essa presença nos espaços de poder no Brasil?

- É um desafio bem grande. Durante certo tempo, eu trabalhei na coordenação as campanhas de vários companheiros e chegou um momento que eu entendi que nós deveríamos eleger mulheres negras. Comecei a coordenar algumas campanhas, mas o que eu via nesse processo era

uma dificuldade muito grande de trabalharmos dentro do partido a importância de ter parlamentares, sejam homens, ou mulheres, que travam a nossa política. Porque logicamente que temos parlamentares não negros que compreendem e efetivam a nossa política, mas não é a mesma coisa. Para isso, hoje eu estou na equipe do Nova Primavera, da Fundação Perseu Abramo e da Escola Nacional de Formação, e falo muito nesse grupo sobre a importância de nós dialogarmos sobre a importância de elegermos mulheres negras. Porque uma coisa é a intenção de colocar candidatas, outra são as dificuldades e as barreiras que nós temos que quebrar para elegê-las. E eu falo o seguinte: ainda hei de ver mais mulheres petistas ou da esquerda no parlamento discutindo as nossas

políticas feministas e a questão racial. Porque ambas trazem no bojo outras políticas de justiça e igualdade.



Ibovespa em alta e dólar em baixa: o que indica a nova fase econômica

A queda global do dólar, a valorização do real e os recordes do Ibovespa refletem mudanças no sistema monetário internacional e abrem espaço para novos arranjos econômicos defendidos pelo Brasil.

Fernanda Otero

Enquanto o Ibovespa registra seu 12º recorde consecutivo e o dólar comercial recua para R\$ 5,27, menor nível em 17 meses, o Brasil atravessa um momento relevante na conjuntura econômica. A moeda norte-americana acumula queda de 14,68% em 2025, ao mesmo tempo em que a bolsa brasileira alcança 158.749 pontos, a maior sequência de altas desde 1994.

Para compreender a dimensão desse cenário, é preciso voltar à formação do poder monetário internacional após a Segunda Guerra Mundial. Em palestra recente

na Universidade de São Paulo, o professor José Kobori descreveu esse processo como um “jogo de monopólio global”, no qual os Estados Unidos emergiram como única economia com plena capacidade de reconstrução rápida e emissão de moeda em escala global.

O “jogo” do pós-guerra

Com sua estrutura produtiva preservada, os Estados Unidos consolidaram, nos acordos de Bretton Woods, o papel do dólar como principal referência monetária mundial. John Maynard Keynes chegou a propor uma solução que combinaria políticas fiscais, instrumentos anticíclicos e uma cesta de moedas interna-

cionais, mas prevaleceu o modelo que centralizou no dólar a função de meio de pagamento, unidade de conta e reserva de valor.

A ruptura desse arranjo ocorreu em 1971, quando os EUA abandonaram o padrão-ouro e transformaram o dólar em moeda totalmente fiduciária. O modelo do petrodólar ampliou a circulação internacional da moeda e fortaleceu sua posição no sistema financeiro global, permitindo aos EUA emitir dívida sem impactos proporcionais sobre sua economia interna — fenômeno conhecido como “privilegio exorbitante”.

Mudanças em curso

Os primeiros sinais de esgotamento desse arranjo ganharam

força após a crise financeira de 2008. Em 2025, a tendência se aprofunda: o DXY, índice que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de moedas internacionais, apresenta queda, acompanhada da valorização de moedas emergentes, entre elas o real. O euro também recuou frente ao real, atingindo o menor valor desde fevereiro.

No primeiro semestre de 2025, o dólar registrou seu pior desempenho em cinco décadas no principal indicador global da moeda. A trajetória não reflete apenas fatores domésticos dos EUA, mas uma reorganização mais ampla das relações econômicas internacionais, marcada por novas coalizões de países e mudanças na lógica do comércio e dos fluxos financeiros.

O Brasil nesse contexto

O comportamento positivo do real ocorre mesmo em meio ao impacto das tarifas impostas pelo governo de Donald Trump a produtos brasileiros, como aço e alumínio. Internamente, o IPCA de outubro subiu 0,09%, menor variação para o mês desde 1998, e a inflação acumulada em 12 meses atingiu 4,68%, dentro da meta definida pelo Banco Central. O resultado reforçou expectativas de redução da taxa Selic ao longo de 2026.

Medidas que reduzem o risco fiscal nos Estados Unidos e o avanço de negociações no Congresso americano também contribuíram para a queda global do dólar. Em paralelo, mercados emergentes voltaram a atrair investimentos, movimento que fortalece suas moedas e estimula a atividade econômica local.

Efeitos para a economia real

Com a valorização do real, produtos importados tendem a

Em 17 meses, o dólar atingiu seu menor patamar e o Ibovespa renovou 12 recordes, indicando uma reacomodação estrutural na economia global

ficar mais acessíveis, viagens internacionais se tornam menos onerosas e a pressão inflacionária diminui. Empresas que utilizam insumos importados têm alívio de custos, enquanto setores exportadores ajustam sua competitividade em um cenário de câmbio mais favorável ao mercado interno.

O professor Kobori destaca que, no sistema atual, países periféricos enfrentam restrições estruturais para acumular capital e diversificar suas economias, permanecendo dependentes de exportações de baixo valor agregado. A reorganização monetária em curso, impulsionada por países do grupo Brics e por debates sobre meios alternativos de pagamento internacional, sinaliza a possibilidade de um sistema me-

nos concentrado.

O governo brasileiro tem defendido, em fóruns internacionais, a necessidade de instrumentos financeiros que reduzam a dependência do dólar. Como afirmou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em reunião recente: “Nenhum organismo internacional definiu que o dólar deve ocupar esse papel exclusivo. É uma escolha histórica que pode ser revista.”

No Brasil, a população já percebe efeitos diretos de um ambiente econômico mais estável e de uma política monetária em transição. O comportamento dos índices e a reconfiguração do sistema global serão fatores determinantes nas discussões econômicas e políticas dos próximos meses.

Brasil consolida estabilidade econômica com queda da inflação e projeções dentro da meta

IPCA desacelera, Focus reduz estimativas e governo afirma que país avança com previsibilidade e responsabilidade

Henrique Nunes

A inflação brasileira registrou uma desaceleração importante nas últimas medições, reforçando a percepção de um cenário econômico mais equilibrado e previsível. Em outubro, o IPCA subiu apenas 0,09%, o menor resultado para o mês em mais de duas décadas. Ao mesmo tempo, o Boletim Focus voltou a reduzir a projeção da inflação para 2025, agora estimada em 4,46%, número que coloca o país dentro da banda da meta.

Para o governo federal, o conjunto de indicadores mostra que a estratégia econômica adotada desde o início do ano está produzindo resultados consistentes. A combinação entre responsabilidade fiscal, política monetária firme e estímulos direcionados à produção vem contribuindo para diminuir pressões sobre os preços, preservar o poder de compra das famílias e fortalecer a confiança de empresários e consumidores.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou que o controle da inflação é um dos pilares da atual condução econômica. “Crescimento com inflação baixa é a obsessão deste governo. Estamos trabalhando para garantir que o país avance com estabilidade, responsabilidade e oportuni-

dades para todos”, afirmou. Para ele, a melhora contínua nas expectativas demonstra que o país está no caminho certo.

Outro ponto destacado pela equipe econômica é que a redução contínua da inflação reforça a credibilidade do Brasil em relação ao mercado internacional. A previsibilidade dos preços e a segurança institucional ajudam a atrair investimentos, ampliar a geração de emprego e fortalecer cadeias produtivas estratégicas para o crescimento do país.

Além disso, os indicadores mostram que a queda da inflação tem impacto direto no cotidiano das famílias, especialmente as de baixa renda. Com alimentos, energia e produtos essenciais mais estáveis, o orçamento doméstico ganha fôlego. O governo avalia que esse alívio contribui para melhorar a qualidade de vida e reforça a recuperação do poder de compra, estimulando gradualmente o consumo e o dinamismo da economia.

O que explica a queda da inflação

1. Redução no preço da energia elétrica

A principal contribuição para a desaceleração recente veio da queda na tarifa de energia. A entrada de uma bandeira tarifária mais barata reduziu o custo da

conta de luz, impactando diretamente o orçamento das famílias e puxando o índice geral para baixo.

2. Alívio nos preços dos alimentos

Os preços de alimentos essenciais, como arroz e leite, caíram nas últimas semanas. A melhora na oferta agrícola e as condições climáticas mais favoráveis ajudaram a diminuir o custo da alimentação no domicílio, um dos grupos que mais pesam na inflação das famílias de baixa renda.

3. Estabilidade do câmbio e menor pressão sobre bens industriais

A estabilidade do real frente ao dólar contribuiu para reduzir o preço de produtos industrializados e itens importados. Essa estabilidade reduz custos de produção e evita repasses de preços ao consumidor.

4. Política econômica responsável

O governo tem atuado de forma coordenada para estabilizar a economia. A política monetária firme e a disciplina fiscal colaboraram para ancorar expectativas e evitar que aumentos pontuais se espalhem pela economia, fortalecendo o cenário de preços controlados.

CPMI do INSS: Silêncio de filho de ex-diretor confirma esquema bilionário, dizem parlamentares do PT

Advogado Eric Fidelis, que recebeu auxílio emergencial até 2021, viu escritório faturar R\$ 3,9 milhões com repasses de empresas ligadas a articulador do esquema e entidade que teve ACT assinado por seu pai



Filho de ex-diretor do INSS fica em silêncio durante seu comparecimento à CPMI do INSS

Saulo Cruz/Agência Senado

Fernanda Otero

O silêncio mantido pelo advogado Eric Douglas Martins Fidelis durante depoimento à CPMI do INSS nesta quinta-feira (13) foi interpretado por parlamentares do PT como confirmação de sua participação no esquema de fraudes que desviou bilhões de reais de aposentados e pensionistas.

Amparado por habeas corpus do ministro Luiz Fux, do STF, o filho do ex-diretor de Benefícios do INSS, André Fidelis - preso na manhã desta quinta na Operação Sem Desconto - optou por não responder às principais acusações do relator, Alfredo Gaspar (União-AL). Durante a ação da PF, foram cumpridos 63 mandados de busca e apreensão e 10 mandados de prisão preventiva.

Números do Esquema

O relator expôs números ex-

pressivos: o escritório Eric Fidelis Advocacia recebeu R\$ 1,5 milhão de três empresas de Antonio Carlos Camilo Antunes, o “Careca do INSS”, considerado um dos principais articuladores do esquema. Além disso, a Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (Aapen) - que teve o ACT assinado pelo pai de Eric - repassou R\$ 2,4 milhões ao escritório do filho, o que corresponde a 3% dos R\$ 80 milhões desviados da entidade.

Gaspar destacou o contraste entre a situação financeira precá-

ria de Eric — que recebeu auxílio emergencial até 2021 — e seu processo repentino: “A sua vida, saindo do auxílio emergencial, virou esse case de sucesso absoluto a partir de 2023 e 2024. Infelizmente, com dinheiro dos aposentados e pensionistas”.

Reação dos parlamentares

O deputado Paulo Pimenta (PT-RS) celebrou as prisões como resultado da “independência da Polícia Federal no governo Lula”. Em tom de vitória, afirmou: “Hoje é um dia para comemorar, pois a PF teve independência para agir, iniciando o processo de desbaratamento de uma quadrilha que se apoderou do INSS”.

Pimenta destacou o contraste com o governo anterior: “A Polícia Federal, quando ela tem independência para trabalhar como ela tem no governo do presidente Lula, não é tutelada para proteger parente de bandido, como ela era no governo Bolsonaro”.

Rogério Correia (PT-MG) questionou a ascensão meteórica de Eric Fidelis, que recebeu auxílio emergencial em 2020 e 2021, mas viu seus negócios faturarem milhões nos anos seguintes. “O senhor parece um menino prodígio, né? Eu olho assim e falo, será que é o hobby filho do Batman? Porque não é possível ter tanto dinheiro... R\$ 5,8 milhões no escritório”, ironizou o parlamentar.

Alencar Santana (PT-BA) foi enfático ao relacionar o início do esquema com mudanças regulatórias no governo Temer: “A CPMI e a operação policial de hoje só existem porque o governo Bolsonaro não investigou, não mandou parar e deixou esse esquema continuar”. O deputado citou denúncias formais feitas ao então Ministério da Justiça em 2019, 2020 e 2021 que teriam sido ignoradas.

A estratégia de defesa de Eric

Fidelis, que se limitou a afirmar que sempre agiu com “ética profissional” e recusou-se a detalhar os serviços prestados, foi alvo de críticas. Rogério Correia concluiu: “O senhor não é o menino prodígio. O senhor simplesmente se apoderou de dinheiro público”.

As prisões desta quinta-feira, que incluíram, além de André Fidelis, outros nove mandados preventivos, foram apresentadas pelos parlamentares governistas como demonstração de que o atual governo não tolera a corrupção que, segundo eles, foi facilitada por mudanças regulatórias e no-

Silêncio de Eric Fidelis na CPMI reforça suspeitas sobre esquema que desviou milhões do INSS

meações do governo anterior.

Paulo Pimenta ressaltou a determinação do presidente Lula: “Mais de 3,7 milhões de aposentados e pensionistas já receberam o dinheiro de volta, totalizando mais de R\$ 2,5 bilhões. Nenhum outro governo anterior havia devolvido o recurso desse tipo”.

O caso expõe não apenas as fragilidades do sistema previdenciário, mas também as complexas relações familiares e empresariais que permitiram o desvio sistemático de recursos públicos, com o silêncio do depoente servindo de resposta eloquente aos parlamen-

tares que investigam o esquema.

Por ausência de depoentes, oitiva é cancelada

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS cancelou a reunião desta segunda-feira (17) devido à ausência dos dois convocados para depor. O empresário Thiago Schettini e o ex-coordenador de Pagamentos do INSS, Jucimar Fonseca da Silva, não compareceram à sessão.

Schettini obteve habeas corpus que lhe garante o direito de não prestar depoimento, enquanto Jucimar alegou problemas de saúde por meio de atestado médico. Entretanto, a avaliação da junta médica do Senado atestou que o ex-coordenador possui plenas condições de testemunhar, o que permite nova convocação.

O presidente da comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG), reafirmou o compromisso da CPMI em “expor a verdade sobre o maior escândalo contra aposentados, viúvas e órfãos do Brasil”. Em comunicado, Viana garantiu que “nenhuma manobra, ausência ou protelação irá impedir o avanço das investigações”.

Entrega voluntária

Em outro evento referente à CPMI, Carlos Lopes, presidente da Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Rurais (Conafer) e alvo da Operação Sem Desconto, anunciou que vai se entregar à Polícia Federal para cumprir prisão preventiva decretada pelo ministro do STF André Mendonça.

A Conafer informou que Lopes “encontra-se em viagem em área de difícil acesso” e que sua ausência “não decorreu de tentativa de evasão”. A entidade afirmou que o presidente já está retornando e se apresentará às autoridades “assim que tiver acesso aos autos”.



PF prende Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, ao tentar deixar o país

Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, foi preso pela PF em Guarulhos durante a Operação Compliance Zero, que investiga a emissão de títulos de crédito falsos

Redação Focus Brasil

A Polícia Federal prendeu, no Aeroporto de Guarulhos (SP), o empresário Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, quando ele tentava embarcar para fora do país. A informação foi divulgada pela Agência Brasil, que confirmou que Vorcaro está detido na Superintendên-

cia da PF em São Paulo.

A prisão ocorre no âmbito da Operação Compliance Zero, deflagrada nesta terça-feira (18), para investigar a emissão de títulos de crédito falsos por instituições que integram o Sistema Financeiro Nacional.

Segundo a Agência Brasil, os agentes cumprem cinco mandados de prisão preventiva, dois de prisão temporária e 25 mandados de busca e apreensão em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal.

De acordo com nota da PF, a investigação começou em 2024 após o Ministério Público Federal solicitar apuração sobre a possível fabricação de carteiras de crédito falsas por uma instituição financeira. Esses títulos teriam sido vendidos a outro banco e, após fiscalização do Banco Central, substituídos por ativos sem avaliação técnica adequada.

Vorcaro foi preso um dia depois de a Fictor Holding Financeira anunciar a compra do Banco Master.



PF vê ex-ministro de Bolsonaro como “ pilar institucional” de esquema no INSS, PT cobra responsabilização

Deputados do PT dizem que fraudes contra aposentados são marca do desmonte bolsonarista da Previdência e questionam decisão do STF que evitou prisão de ex-ministro

Redação Focus Brasil

A Polícia Federal concluiu que o ex-ministro da Previdência Social José Carlos Oliveira, que integrou o governo Jair Bolsonaro (PL), atuou como “ pilar institucional” de um esquema de descontos não autorizados em benefícios de aposentados e pensionistas do INSS. As informa-

ções constam de relatório citado em decisão do ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou nova fase da Operação Sem Desconto, deflagrada nesta quinta-feira (13), informou a Agência Brasil.

Oliveira foi alvo de medidas cautelares e passou a usar tornozeleira eletrônica. Durante o governo Bolsonaro, ele ocupou os cargos de presidente do INSS, diretor de benefícios do instituto e, posteriormente, ministro da

Previdência Social, pasta à qual o órgão é subordinado.

De acordo com a investigação, o ex-ministro autorizou repasses ilegais e recebeu vantagens indevidas, sendo citado inclusive por codinomes como “ São Paulo” e “ Yasser” em planilhas apreendidas pela PF. Os investigadores identificaram o recebimento de ao menos R\$ 100 mil em propina de empresas de fachada.

Em junho de 2021, na condição de diretor de benefícios, Oliveira



assinou, segundo a PF, a liberação de R\$ 15,3 milhões para a Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais (Conafer), sem comprovação da filiação de aposentados à entidade. A liberação envolveu cerca de 30 listas fraudulentas, o que permitiu descontos sobre 650 mil benefícios.

Na decisão, o ministro André Mendonça destacou que a liberação foi feita “em desacordo com o regulamento interno e sem exigir documentos comprobatórios”, o que teria possibilitado a retomada e ampliação da fraude de descontos. A PF também aponta indícios de que o esquema teria continuado enquanto Oliveira ocupou o cargo de ministro da Previdência.

Em reunião da CPMI que investiga fraudes no INSS, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) questionou diretamente a atuação do STF no caso, ao comentar a decisão de Mendonça de não decretar a prisão do ex-ministro.

“Por que que o ministro André

Mendonça, presidente, por que que o ministro André Mendonça não acatou o pedido da Polícia Federal de prender o Zé Carlos Oliveira? Se é o único, de todos esses nomes, o único que era o ministro, que passou em todos os cargos”, afirmou Pimenta, ao cobrar esclarecimentos sobre o tratamento dado ao ex-integrante do governo Bolsonaro.

Petistas têm apresentado na CPMI as relações que classificam como marca do governo Bolsonaro na área social: o desmonte da estrutura previdenciária acompanhado de brechas regulatórias que beneficiam interesses privados sobre a renda de aposentados de baixa renda. Segundo parlamentares do PT, o esquema revelado pela PF não é um episódio isolado, mas parte de uma lógica de “balcão de negócios” em torno do INSS.

Deputados da legenda também chamaram atenção para o perfil das vítimas das fraudes, lembrando que os descontos indevidos

atingem principalmente aposentados e pensionistas vulneráveis, entre eles um grande contingente de mulheres idosas que sustentam famílias com um salário mínimo. Integrantes da bancada avaliam que a responsabilização deve alcançar não apenas operadores do esquema, mas também a cúpula política que chefiava a Previdência no governo anterior.

Parlamentares governistas defendem o reforço institucional do INSS, com mecanismos adicionais de transparência, auditoria e bloqueio de descontos não autorizados, para evitar que entidades privadas e empresas de fachada se utilizem do sistema previdenciário para capturar parte da renda dos segurados.

Em nota, a Conafer declarou estar disposta a colaborar com as autoridades, defendeu a presunção de inocência de seus integrantes e afirmou que todos os citados têm direito à ampla defesa e à preservação da honra até decisão judicial definitiva. A defesa de José Carlos Oliveira não foi localizada, segundo a Agência Brasil.



PL do Streaming: setor audiovisual pressiona Senado por ajustes na regulação

Produtoras independentes defendem mudanças na Condecine, redução de prazos e proteção do patrimônio intelectual brasileiro

Rose Silva

A Câmara dos Deputados aprovou, em 5 de novembro, o texto-base do PL 8889/17, que regulamenta o serviço de streaming audiovisual, agora em análise no Senado. O streaming permite a transmissão de conteúdo multimídia pela internet sem necessidade de download.

Atualmente, as plataformas operam no Brasil sem legislação que estabeleça cotas de conteúdo nacional ou recolhimento de contribuições setoriais, ao contrário

da TV por assinatura.

O projeto define uma Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) de até 4% sobre a renda bruta das plataformas com faturamento superior a R\$ 350 milhões.

Permite ainda a dedução de até 60% da contribuição se o valor for destinado à aquisição de conteúdo brasileiro independente. Desse total, 40% podem ser usados para obras originais encomendadas pelas plataformas a produtoras brasileiras.

Os recursos da Condecine serão distribuídos regionalmente: 30% para produtoras independentes das regiões Norte, Nordeste e

Centro-Oeste; 20% para Sul, Minas Gerais e Espírito Santo; e 10% para São Paulo e Rio de Janeiro, excluindo as capitais.

Para plataformas de compartilhamento, como o YouTube, a alíquota máxima será de 0,8%. O texto também exige que 10% do catálogo seja composto por obras brasileiras, metade delas independentes, com prazo de implementação em seis anos.

O setor audiovisual pressiona o Senado por ajustes considerados essenciais: aumento da alíquota da Condecine, redução do prazo para cumprimento da cota de conteúdo brasileiro e revisão da dedução de até 60% da contribuição.



Impacto nas produtoras independentes

Para Minom Pinho, diretora federal da Associação Paulista de Cineastas, o Brasil é o segundo maior mercado de streaming em número de assinantes, mas a presença de conteúdo nacional nos catálogos é mínima. Ela defende a redução do prazo de seis para dois anos. “É um Brasil que não se vê na tela. A gente deixou de ver nossa cultura e nossa língua, porque hoje essa presença é mínima”, afirma.

Minom também destaca que a entrada das grandes plataformas desorganizou a indústria cinematográfica nacional e considera a alíquota de 4% insuficiente. “Na França, são 25%. E ainda se permite que uma parte dos recursos seja usada livremente pelas plataformas.”

Tiago de Aragão, da Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro, avalia que o texto aprovado ameaça políticas de fomento historicamente voltadas à produção independente. Ele lembra que, quando o Fundo Setorial do Audiovisual financia uma obra, ela necessariamente pertence a uma produtora brasileira.

“Se uma plataforma estrangeira decide sair do país, nenhuma autoria ou patrimônio da obra fica no Brasil. O que importa é quem detém o direito útil à propriedade intelectual”, diz. Para ele, permitir dedução para obras que serão patrimônio das big techs significa usar recursos públicos para financiar produções de titularidade estrangeira.

Pontos negociados com o governo

O diretor-geral do Canal Curta!, Julio Worcman, afirma que o projeto ignora princípios centrais da Lei 12.485/2011, criada para promover a produção independente. “Entre 2015 e 2024, canais brasileiros de espaço qualificado exibiram 64% de toda a produção independente da TV por assinatura. A lei funcionou”, afirma.

Worcman critica o limite imposto à obrigação de carregamento desses canais, restrita a provedores com faturamento superior a R\$ 500 milhões. “Apenas um provedor brasileiro chega a esse patamar. Isso vai reduzir a capilaridade dos canais e prejudicar a circulação da produção independente.” Ele também defende

isonomia comercial entre canais brasileiros e estrangeiros.

O Ministério da Cultura afirmou, em nota, que o texto aprovado não é o ideal, mas representa o avanço possível no cenário político atual. Segundo o MinC, o governo atuou para “reduzir danos e assegurar avanços significativos”, e seguirá trabalhando para um marco regulatório “moderno, justo e fortalecedor da produção nacional e independente”.

Na manhã da votação, MinC e Ancine reuniram-se com o relator do PL, deputado Dr. Luizinho (PP-RJ), e negociaram ajustes considerados essenciais: retomada do percentual de reinvestimento em 60%, redução do prazo de implementação da cota de catálogo de oito para seis anos e retorno do modelo de regionalização presente nas versões anteriores.

Após a apresentação do novo relatório, MinC e Ancine elaboraram documento técnico que identifica pontos críticos, propõe aprimoramentos e consolida o diálogo com o setor audiovisual e com o Congresso como parte do compromisso do governo com uma construção democrática e transparente.



O Agente Secreto: em cartaz, longa não teve financiamento da Lei Rouanet, como sugere fake news

Grande aposta brasileira da temporada teve orçamento de R\$ 27 milhões, produção não contou com investimento da Lei Rouanet, mas sim do Fundo Setorial do Audiovisual

Henrique Nunes

Em cartaz desde 6 de novembro, o filme *O Agente Secreto*, de Kleber Mendonça Filho, tem atraído grande público aos cinemas e ganhou força após ser escolhido pela Academia Brasileira de Cinema para representar o Brasil na disputa pelo Oscar de melhor filme internacional em 2026. Com o sucesso, surgiram também ataques e desinformação nas redes sociais, especialmente de perfis da extrema direita, que passaram a afirmar — falsamente — que o longa foi financiado pela Lei Rou-

anet.

Rodado entre 2024 e 2025, o filme tem orçamento estimado em R\$ 27 milhões. Nenhum centavo veio da Lei Rouanet. A produção recebeu R\$ 7,5 milhões do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), administrado pela Ancine, e completou seu orçamento com investimento privado e parcerias internacionais com França, Alemanha e Holanda.

Durante entrevista à *CartaCapital*, o ator Wagner Moura respondeu às mentiras sobre o financiamento do filme: “Não dá pra explicar a Lei Rouanet para quem ainda não assimilou a Lei Áurea.”

A reação viralizou e ajudou a esclarecer o básico: O Agente Se-

creto não se enquadra no tipo de projeto apoiado pela Lei Rouanet — que, inclusive, não financia longas-metragens. O financiamento para longas-metragens no Brasil é predominantemente realizado através de mecanismos específicos, como a Lei do Audiovisual e o FSA, geridos pela Agência Nacional do Cinema (Ancine).

Suas receitas vêm principalmente da Condecine, contribuição paga por empresas de telecomunicações, serviços de streaming, programadoras e distribuidoras, além de recursos do Fundo Nacional de Cultura, retornos de investimentos anteriores e valores recolhidos pela Lei do SeAC.



Diferentemente da Lei Rouanet, que opera por renúncia fiscal e financia vários setores culturais, o FSA funciona como um fundo de investimento específico do audiovisual, alimentado majoritariamente pela própria indústria. Ele reforça a política pública de desenvolver o setor e proteger a titularidade brasileira das obras, sem envolver isenção fiscal ou mecanismos associados à Lei Rouanet.

O filme

Protagonizado por Wagner Moura, o thriller político, considerado um representante do estilo neo noir, já levou dois prêmios no Festival de Cannes: o de Melhor Direção e do Melhor Ator — este último, uma conquista inédita na categoria por uma obra brasileira.

No festival francês, o longa dirigido pelo pernambucano Kleber Mendonça Filho foi aplaudido por mais de dez minutos ininterruptos após a sessão e aclamado pela

Fundo Setorial do Audiovisual é financiado pela própria indústria e não tem relação com a Lei Rouanet

crítica.

Marcelo, personagem interpretado por Wagner Moura, é um professor de tecnologia que retorna a Recife para escapar de um passado violento. Mas ele desco-

bre que sua cidade natal esconde perigos e segredos inquietantes.

Ao longo da semana de estreia, de quinta-feira da semana passada até anteontem, o longa foi exibido em 1.374 salas de cinema, com público de 355.732 pessoas e bilheteria de R\$ 8,1 milhões.

Com este desempenho, “O agente secreto” liderou a bilheteria no país, seguido de “Predador: terras selvagens” (323.943 espectadores), “O telefone preto 2” (106.861), “Se não fosse você” (81.221) e “De volta para o futuro” (51.807) — o clássico de 1985, que retornou aos cinemas neste mês para celebrar seus 40 anos de estreia.

Apesar de estar apenas iniciando sua trajetória em cartaz, o filme já é o sexta produção brasileira mais assistida neste ano. O top 5 nacional até o momento é formado por “O auto da compadecida 2” (2.927.804 espectadores em 2025), “Ainda estou aqui” (2.741.440), “Chico Bento e a goiaba maravilhosa” (986.052), “Vitória” (720.797) e “Homem com H” (631.517).



Jards Macalé: perdemos o mais incendiário da MPB

Músico carioca, que morreu nesta segunda-feira (17) aos 82 anos, era figura frequente em trabalhos de artistas como Caetano Veloso e Gal Costa

Redação Focus Brasil

Pouco mais de duas semanas após a morte de Lô Borges, um dos mais inventivos representantes da MPB, a música brasileira volta a estar de luto: nesta segunda-feira (17), o carioca Jards Macalé não resistiu a uma parada cardíaca após um procedimento cirúrgico e veio a óbito, aos 82 anos.

Sua trajetória, iniciada nos anos 1960, foi construída quase sempre sem a pretensão de ser protagonista. Inquieto, provocador e inventivo, Jards era figura onipresente nos bastidores da MPB, firmando parcerias com os principais expoentes do gênero.

Foi ele, por exemplo, que ensinou Caetano Veloso a tocar violão e ajudou o músico baiano na concepção do disco *Transa* – pelo qual não levou os créditos.

Sua atuação política também foi marcante e ativa: no lugar de mensagens subliminares contra a ditadura militar, ele preferiu fazer o papel de agregador e incendiário. Em 1973, sob censura cultural intensa, Macalé organizou no Museu de Arte Moderna o show “O Banquete dos Mendigos”, marcando os 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O evento reuniu Chico Buarque, Gal Costa, Raul Seixas, Gonzaguinha, entre outros artistas. A presença da ONU deu alguma proteção, mas a polícia cercou o local – o show se tornou símbolo de resistência cultural e política.

Mas a postura barulhenta não o definia por completo. Basta notar a mensagem que algumas de suas mais emblemáticas canções diziam, como *Vapor Barato* e *Mal Secreto*, ambas em parceria com o poeta Waly Salomão. A rebeldia permanecia presente, mas com doses de esperança.

Não à toa, o presidente Lula, em mensagem publicada logo após a morte do músico, escreveu: “Jards Macalé dizia que o amor é um gesto político. E que em tempos de ódio e de intrigas como os que vivemos recentemente, pouca gente falava do amor, e por isso era tão importante cantá-lo. Essa visão de mundo me aproximou de Jards: política e amor devem andar juntos. Não podem ser separados”.

Ainda jovem, Jards proferiu que “não queria ser moderno, queria ser eterno”. Já o é.

A Semana no Mundo: tensões políticas, tragédia humanitária e alerta sanitário na Europa

Organização: Fernanda Otero

Eleições no Chile, desastre em mina no Congo, falhas de diagnóstico de HIV e hepatites na Europa e condenação histórica em Bangladesh marcaram a semana

A semana foi marcada por acontecimentos que movimentaram o cenário internacional, com eleições decisivas no Chile, uma tragédia em mina no Congo e alertas sanitários na Europa. Em comum, todos revelam tensões políticas, desafios de gover-

nança e desigualdades que moldam o debate global.

No sul da Ásia, a condenação da ex-primeira-ministra Sheikh Hasina reacendeu discussões sobre instabilidade política e direitos humanos em Bangladesh, completando um quadro internacional de forte pressão social e institucional.

Chile vai ao segundo turno entre Jeannette Jara e José Antonio Kast

A candidata governista Jeannette Jara, do Partido Comunista,

e o líder da extrema direita, José Antonio Kast, disputarão o segundo turno das eleições presidenciais do Chile em 14 de dezembro. Jara recebeu 26,58% dos votos, seguida por Kast, com 24,32%.

A surpresa do pleito foi Franco Parisi (18,84%), do Partido de la Gente, que afirmou não apoiar automaticamente nenhum dos finalistas. Johannes Kaiser (13,92%),

representante libertário, declarou apoio imediato a Kast. A derrotada Evelyn Matthei, da direita tradicional, que liderou pesquisas por meses, ficou em quinto lugar (13,25%) e também se somou à campanha de Kast.

O presidente Gabriel Boric parabenizou os candidatos e manifestou confiança de que o diálogo prevalecerá no processo eleitoral.



Alfazera/YouTube

Colapso em mina no Congo deixa ao menos 32 mortos

Um desabamento de ponte em uma mina de cobre e cobalto na província de Lualaba, na República Democrática do Congo, causou pelo menos 32 mortes. Segundo autoridades, garimpeiros ilegais acessaram a área apesar da proibição por risco de deslizamentos após fortes chuvas.

Relatório da SAEMAPE afirma que soldados dispararam tiros que

provocaram pânico entre os mineiros, que correram para a ponte antes de ela ceder. A presença militar na região alimenta disputa entre garimpeiros, cooperativas locais e mineradoras legalizadas.

O Congo é o maior produtor mundial de cobalto, essencial para baterias de veículos elétricos, e enfrenta há anos denúncias de trabalho infantil, insegurança e corrupção no setor.



ECDC alerta: Europa falha na detecção de HIV e hepatites

O Centro Europeu de Prevenção e Controle de Doenças (ECDC) alertou que muitos países europeus falham na detecção de HIV e hepatites B e C. As políticas de testagem estão “desatualizadas” e “desalinhadas” das recomendações internacionais.

Mais de 650 mil pessoas vivem com HIV na região, com 25 mil novos diagnósticos apenas em 2023. Apesar de 92% das pessoas com HIV estarem diagnosticadas em países com dados disponíveis, mais da metade descobre a infec-

ção tardiamente, após anos sem sintomas — o que aumenta risco de mortalidade e transmissão.

O diagnóstico tardio também é comum em hepatites B e C. Só 22 países possuem plano nacional de resposta à hepatite, e mais da metade não atualizou suas diretrizes desde 2018.

Para o ECDC, a meta global de identificar 95% das infecções por HIV pode ser alcançada nos próximos anos, mas atingir o mesmo para hepatites será “significativamente mais desafiador”.



Ex-premiê Sheikh Hasina é condenada à morte em Bangladesh

A ex-primeira-ministra de Bangladesh, Sheikh Hasina, foi condenada à morte à revelia por um tribunal especial em Daca, que a considerou responsável por crimes contra a humanidade durante a repressão a protestos estudantis no ano passado. As Nações Unidas estimam que até 1.400 pessoas tenham sido mortas.

Hasina, de 78 anos, está na Índia desde sua deposição em 2024 e só pode apelar da sentença caso se entregue ou seja presa nos próximos 30 dias. O ex-ministro do Interior também foi condenado à morte, enquanto o ex-chefe de polícia recebeu pena de cinco anos após confessar participação.

O governo interino liderado pelo Nobel Muhammad Yunus classificou a decisão como “histórica” e pediu calma. Bangladesh solicitou oficialmente à Índia a extradição de Hasina, enquanto o governo indiano afirmou que “avaliará o caso”.



15/11/1988

Vitórias eleitorais petistas nas capitais

Na primeira eleição posterior à redemocratização, em que todos os municípios elegeram conjuntamente seus prefeitos, os partidos governistas mantiveram o maior número de prefeituras, mas perderam força nos grandes centros urbanos para a oposição. O PT conquistou vitórias eleitorais importantes em três capitais: Luiza Erundina, em São Paulo (SP); Olívio Dutra, em Porto Alegre (RS); e Vitor Buaiz, em Vitória (ES).

O ano de 1988 vinha sendo marcado por numerosas greves, em decorrência da grande insatisfação popular com a inflação, a perda de poder aquisitivo e o arrocho salarial. O reflexo eleitoral desse quadro social foi o enfraquecimento dos partidos hegemônicos na transição em favor das legendas progressistas de oposição.

18/11/2011

Dilma instala Comissão Nacional da Verdade

“O Brasil merece a verdade, as novas gerações merecem a verdade e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia”.

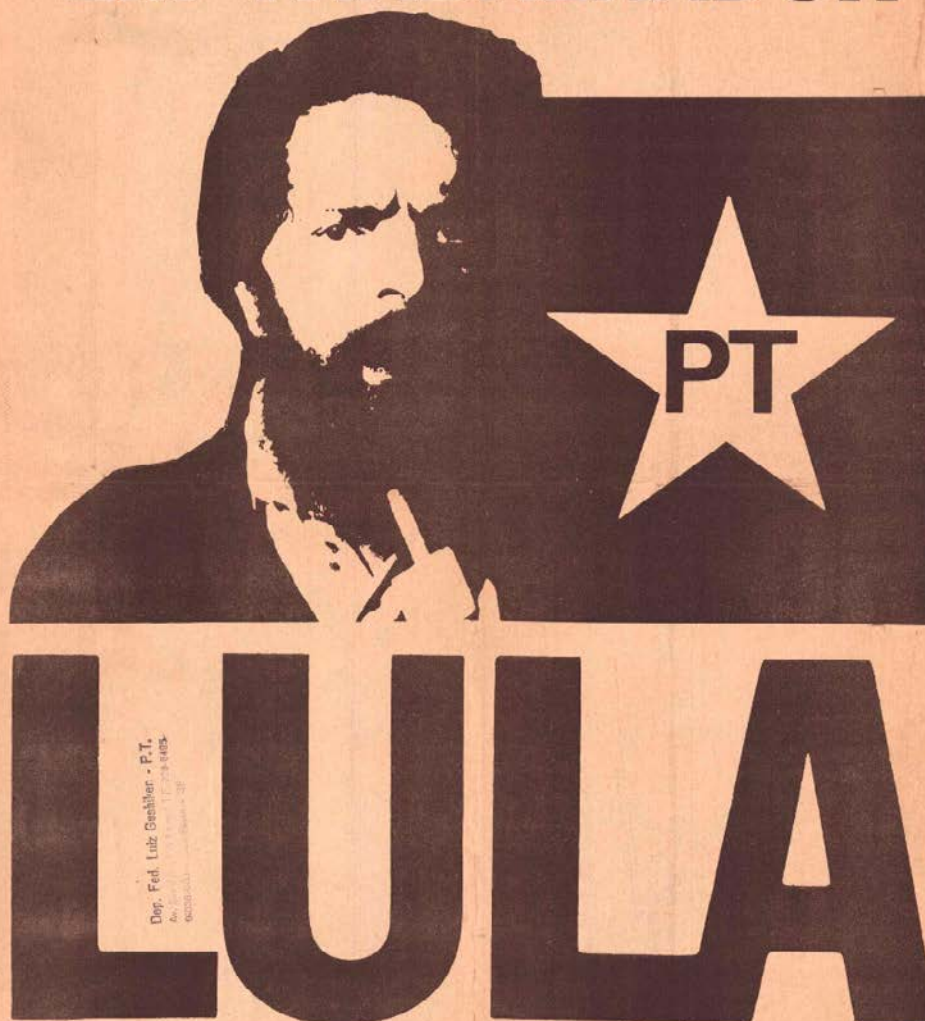
Pronunciada pela presidenta Dilma Rousseff na cerimônia de posse dos integrantes da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a frase sintetiza a motivação que levou à criação de um órgão para investigar e revelar violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Em 2010, Lula enviou ao Congresso o projeto de lei de criação da comissão, aprovado e san-

cionado em novembro do ano seguinte pela presidenta Dilma — ela própria vítima de tortura durante a ditadura militar. Ao longo de quase três anos, os membros da CNV colheram depoimentos, realizaram audiências e sessões públicas e visitaram unidades militares utilizadas pelas Forças Armadas para práticas violadoras de direitos humanos.

Os fatos apurados, reunidos no relatório final da comissão, confirmaram 434 mortes e desaparecimentos de vítimas do regime. A CNV apontou, ainda, 377 agentes da repressão como responsáveis direta ou indiretamente pela prática de tortura e assassinatos durante a ditadura militar.

TRABALHADOR VOTA EM TRABALHADOR



9/11/1988

A primeira experiência eleitoral do PT

A vitória eleitoral do PT e outras siglas da oposição, em 15 de novembro, reforça os sinais de enfraquecimento da ditadura no Brasil. Foi a primeira experiência eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, dois anos antes, em oposição ao regime militar.

Nas eleições de novembro de 1982, os partidos de oposição alcançaram maioria na Câmara

dos Deputados e conquistaram o governo dos dez maiores estados brasileiros, superando as regras eleitorais restritivas.

O PT lançou ao governo de São Paulo Luiz Inácio Lula da Silva, que obteve 1,144 milhão votos, ficando em quarto lugar. O partido elegeu seis deputados em São Paulo, um em Minas Gerais e um no Rio de Janeiro.

O partido que apoiava o regime

militar, o PDS, manteve o controle do Colégio Eleitoral, mas o projeto de sobrevivência da ditadura foi definitivamente comprometido pelo resultado das urnas.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br




FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO


que transforma

 @fpabramo


 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
Núcleo de Opinião Pública e Políticas Culturais



Centro de
Documentação e
Pesquisa Política
Sérgio Buarque
de Holanda